

A política cultural pública, no Município de São Paulo, configurou-se em 1935, com a criação do Departamento de Cultura, durante a gestão do prefeito Fábio Prado. No governo seguinte, de Prestes Maia e já sob a vigência do Estado Novo, a instituição sofreu forte desestruturação, interrompendo vários de seus programas em andamento, alguns só retomados bem mais tarde. Em 1945, o Departamento de Cultura foi vinculado à Secretaria de Cultura e Higiene e, dois anos depois, à Secretaria de Educação e Cultura. Finalmente, em 1975, durante a gestão de Olavo Setúbal, foi criada a Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo.

No Brasil, durante a Primeira República, com exceção da cidade do Rio de Janeiro, que era então a capital do país, não havia um campo cultural estruturado. As ações, nessa área, eram descontínuas, promovidas, em geral, pela iniciativa das elites oligárquicas e ligadas a uma concepção de cultura bacharelesca e ornamental. A produção de cultura pelas camadas mais pobres da população era marginalizada e perseguida pelos órgãos policiais, raramente aparecendo nos circuitos oficiais. O mercado de bens simbólicos era incipiente nessa época e, mesmo nos centros urbanos maiores, como era o caso da cidade de São Paulo, existiam poucas editoras, os jornais e as revistas possuíam tiragens insignificantes e eram raras as livrarias. Não havia galerias de arte e tampouco *marchands*. Os espaços públicos destinados à cultura e às artes – museus, teatros e bibliotecas – eram improvisados, provincianos, acanhados e quase sempre de uso restrito pelas camadas mais ricas da população. Somente as salas de cinema se multiplicavam nos bairros operários e eram pouco frequentes nas regiões mais abastadas,¹ porque o cinema ainda era identificado com o entretenimento popular e não transitava, portanto, no âmbito das artes.

A organização de políticas culturais, fora do espaço dos salões das elites, esteve estreitamente vinculada aos processos de modernização e urbanização. Logo após a derrota paulista na Revolução de 1932, iniciou-se um processo de expansão do acesso aos bens culturais,

resultando na criação de ações, públicas e privadas, que viriam a formar um sistema complexo de instituições voltadas para a educação e a cultura. As primeiras iniciativas foram a criação da Escola Livre de Sociologia e Política, em 1933 e da Universidade de São Paulo, em 1934, e a fundação do Departamento de Cultura e Recreação da Prefeitura da Cidade de São Paulo, em 1935, que não se constituíam em ações desvinculadas. Ao contrário, o Departamento de Cultura contou, para sua formulação, com a participação e liderança de intelectuais oriundos do movimento modernista, como Mário de Andrade, Sérgio Milliet e Rubem Borba de Moraes, ligados, direta ou indiretamente, às novas escolas de ensino superior. A ação conjunta dessas instituições resultou num sistema completo e complexo de gestão cultural, com sentido amplo e democrático. O Departamento de Cultura articulou, de maneira inédita, a produção com a formação de mão-de-obra especializada; formou público por meio da difusão, divulgação e consumo; preservou e criou registros de documentos históricos, iconográficos e sonoros sobre a cidade de São Paulo; planejou, organizou e avaliou todas as ações realizadas, segundo critérios científicos, com base em pesquisas socioeconômicas e levantamentos estatísticos.²

O Departamento de Cultura foi criado com cinco divisões, às quais se subordinavam seções com atribuições específicas. A Divisão de Expansão Cultural era dirigida por Mário de Andrade, que também acumulava a direção do Departamento, e reunia as seções de teatro e cinema, rádio-escola e discoteca pública. Sob o comando de Rubem Borba de Moraes, a Divisão de Bibliotecas era responsável pela Biblioteca Municipal, pelas infantis e de bairro, pelas bibliotecas circulantes e pela Biblioteca Brasileira. Já a Divisão de Educação e Recreios, dirigida por Nicanor Miranda, era responsável pelos parques infantis, campos de atletismo e pelo Estádio Municipal, o atual Pacaembu.³ Finalmente, a Divisão de Documentação Histórica e Social, dirigida por Sergio Milliet, publicava a *Revista do Arquivo* e administrava a gráfica municipal e o futuro Museu Histórico da Cidade, que deveria, depois de